

# ESPAÇO PÚBLICO E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade<sup>1</sup>

Carlos Roberto **LOBODA**<sup>2</sup>

**Resumo:** Propõe-se no presente artigo uma reflexão acerca do espaço público no contexto da cidade contemporânea. Num momento em que a Sociedade clama por direito à cidade, procuramos enfatizar que parcelas do espaço urbano podem contribuir para a formação de uma noção de espaço público enquanto locais de sociabilidade urbana. Para tanto, fundamentamo-nos nas informações obtidas a partir da aplicação de enquete de opinião junto à população de uma cidade média paranaense, enfatizando os usos e não-usos do espaço público, considerando suas práticas socioespaciais cotidianas. Do ponto de vista teórico-conceitual, buscamos uma noção mais clara de espaço público, frente a uma generalização das acepções em torno do conceito, fato que leva à incompreensão do que realmente seja o espaço público no processo de estruturação da cidade. Enfim, por meio da relação entre os aspectos teóricos e o trabalho de campo, apresentamos uma análise do perfil do conjunto dos entrevistados, passando para as práticas socioespaciais, hábitos e costumes e, por fim, enfocamos como a população concebe os espaços públicos da cidade enquanto usuário, ou não, desses locais no espaço urbano.

**Palavras-chave:** Produção do espaço urbano; espaço público; estruturação da cidade; cidades médias; Guarapuava.

## **PUBLIC SPACE AND SOCIO-SPATIAL PRACTICES: a necessary articulation for the analysis of the different uses of the city**

**Abstract:** In this paper, it is proposed a reflection about the public space in the context of the contemporary city. In a moment which Society claims for the right to city, we try to emphasise what parts of the urban space could contribute to form a new notion of public space as places of urban sociability. Therefore, our ideas are based on the information obtained from an opinion enquiring made with the population of a middle-sized city in Parana State and through which we look for highlighting the uses and non-uses of the public space, considering the socio-spatial daily practices of that population. From the theoretic-methodological point of view, we search for a clearer notion of public space in contrast to a generalisation of meanings evolving this concept. This fact implicates in a misunderstanding about what is actually the public space inside the process of city structuring. Finally, through a relation between both the theoretical aspects and the fieldwork, we present a profile analysis of the persons interviewed, considering their socio-spatial practices, habits and behaviours. We underline, in the end, how population conceive the public spaces of the city while they are users of these places in the urban space or not.

**Key words:** Production of urban space; public space, city structuring, middle-sized cities; Guarapuava.

## **Introdução**

O presente trabalho insere-se num ramo da Geografia denominado de Geografia Urbana e, mais especificamente, em uma linha de pesquisa sobre os espaços públicos urbanos. Tais espaços fazem parte do nosso recorte empírico, embora, procuraremos trabalhar ao longo do texto com diferentes noções em torno do espaço público, considerando sua polissemia teórica, conceitual e sua condição de espaço concreto. No entanto, quando fizermos referência aos espaços públicos, entenda-se, que estamos nos reportando às praças, parques, calçadão e vias públicas da cidade de Guarapuava, situada no Centro-Sul do Estado do Paraná.

---

<sup>1</sup> Este texto foi desenvolvido a partir de parte dos resultados de nossa tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente - SP, sob orientação da Professora Doutora Maria Encarnação Beltrão Sposito. A consecução do mesmo está atrelada também às discussões realizadas no Gasperr (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais), no Projeto Temático Urbanização Difusa, Espaço Público e (In)segurança Urbana, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> Professor do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Coordenador do Laboratório de Geografia Humana e Ensino (LAGHEN) - Email: loboda@pontal.ufu.br

Busca-se, assim, por meio de determinada base teórico-conceitual e sua relação com o trabalho de campo, sobretudo com base em “enquete de opinião”, chamar atenção para a importância dos estudos relacionados à cidade e à vida urbana, especialmente no que diz respeito às formas de utilização dos seus locais públicos, tendo como embasamento empírico, o conjunto das respostas da população, atreladas ao trabalho de observação direta nos espaços públicos (caderneta de campo).

Na concepção de alguns autores, a Geografia pouco tem se ocupado da discussão do espaço público urbano (SERPA, 2004 e GOMES, 2002). Não somente na perspectiva da Geografia, mas também de outras ciências afins, vários estudos sobre o processo de produção do espaço urbano<sup>3</sup> abordam fatos, dinâmicas e processos que interessam ao tema aqui tratado, como os referentes à privatização, fragmentação, segregação socioespacial, exclusão social, movimentos sociais urbanos, conjuntos polifuncionais, *shopping centers* etc.

Enfim, estas são algumas das abordagens e concepções que se relacionam e justificam a temática aqui desenvolvida e expressam sua relação direta com a análise da opinião da população. Segundo Sposito (2006, p. 155), mesmo num período em que as oportunidades de obtenção de informações à distância sejam muitas, “a valorização do empírico, no sentido do contato com o espaço urbano e seus diferentes atores, faz-se necessária”.

A Geografia, enquanto ciência social tem por desafio a compreensão dessa problemática em sua perspectiva socioespacial abstraindo da realidade empírica os processos socioespaciais que determinam e são determinados por essa dinâmica. Enfatizamos, nesse sentido, que o trabalho de campo, ou o “ir a campo”, assumiu papel fundamental, visto que atuou como mediador por meio do exercício do diálogo entre a clássica relação entre teoria e empiria, e entre abstração e materialidade, dimensões representadas pelo pensamento em movimento e uma realidade em movimento, a cidade. Embora sejam dois níveis distintos de apreensão, eles se articulam. Desta forma, devem ser tratados enquanto partes fundamentais no processo de construção do conhecimento e na compreensão das relações sociais por meio dos processos geográficos estudados.

Nessa perspectiva, assim se configura a questão principal que norteia nossa reflexão nesse trabalho: o espaço público é, ou não, utilizado pelo conjunto da Sociedade guarapuavana, considerando suas práticas socioespaciais cotidianas? A busca de resposta a esse questionamento constitui nosso foco, cuja problemática está calcada na análise das diferentes formas de usos da cidade e seus respectivos espaços públicos, por meio das práticas socioespaciais cotidianas de seus

---

<sup>3</sup> Esse paradigma analítico do espaço urbano está fundamentado aqui na idéia de Carlos (2004b) de que a “análise espacial da cidade, no que esse refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território material e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço enquanto prática” (CARLOS, 2004b, p. 14). A noção de produção deve referir-se à “produção do homem, às condições de vida da sociedade em seus múltiplos aspectos, ou seja, à noção de produção deve estar articulada inextricavelmente, aquela de reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço”.

usuários ou não. Pretendemos, assim, desenvolver a argumentação sobre as formas, os sentidos e as funções de parcelas do espaço urbano para a formulação de uma noção de espaço público, fundamentando-nos na opinião da população sobre o espaço público na cidade média contemporânea. Mesmo que essa opinião esteja aqui transmitida por meio da fala do autor, com base no discurso dos diferentes sujeitos sociais, são elementos relevantes do ponto de vista da identificação das práticas socioespaciais, dos hábitos e costumes e sua opinião geral, considerando que, de certa forma, são contraditórios. Nesse caso, nosso posicionamento, enquanto pesquisador deve estar pautado na tentativa de desvendar o movimento que está às ocultas em função dessa contradição.

Com o desdobramento da questão principal, buscamos refletir acerca das práticas socioespaciais que se definem por meio dos usos e não-usos desses espaços pela população: os diversos sujeitos sociais, o cidadão habitante da cidade, protagonista de histórias locais. Enfim, uma abordagem que permita pensar a cidade na perspectiva das pessoas. Mesmo que essa opinião geral esteja ancorada em elementos de representação ou de produção desses espaços na cidade, a enquete mostrou-se fundamental no sentido de buscarmos a razão, ou as razões, que fazem com que o cidadão guarapuavano usufrua, ou não, dos espaços públicos.

### **1. Operacionalizando conceitos: uma articulação necessária**

Em nosso modo de ver, toda escala analítica deve expressar, por sua vez, os conceitos e categorias analíticas do espaço a ser estudado. Corroborando, também, com a idéia de Serpa (2006), de que é fundamental recortar adequadamente os espaços de conceituação para que sejam revelados e tornados visíveis os processos e dinâmicas que desejamos pesquisar e analisar na realidade. Em síntese, queremos dizer que buscamos compreender as diferentes formas de utilização do espaço público por meio da construção de uma análise apoiada nas articulações entre “espaço público”, “práticas socioespaciais” e “enquete de opinião”.

Estamos desenvolvendo uma temática polêmica e difícil de ser trabalhada, uma vez que são variadas as formas de abordagem que se apresentam sobre os espaços públicos na cidade contemporânea. Dependendo da matriz teórica e metodológica, tais espaços podem ser pauta de múltiplas análises no âmbito do processo de estruturação da cidade. Seja do ponto de vista teórico-conceitual, ou então na busca por uma noção de espaço público, deparamo-nos com uma generalização das acepções em torno desse conceito dependendo das perspectivas e abordagens (SERPA, 2007; GOMES 2002; LAVALLE, 2005 e SOBARZO, 2004). Esse fato, de certa forma, leva à incompreensão do que realmente seja o espaço público no atual contexto cidade.

É trivial fazermos referência aos espaços de uso coletivos da cidade, no entanto, não nos certificamos se estamos frente a um espaço efetivamente público ou se estamos perante um espaço

que é apenas coletivo ou de uso comum. Pode não parecer, *a priori*, mas trata-se de espaços que se distinguem entre si. Por exemplo, um *shopping center*, uma galeria comercial são alguns dos espaços de uso coletivo que paralelamente aos espaços públicos, assumem um suposto estatuto de semi-públicos, mas na verdade são pseudo-públicos (SOBARZO, 2004). Há de certa forma, uma proliferação de locais dessa natureza em nossas cidades, é claro, que notadamente com ênfase para sua difusão entre as grandes e médias cidades.

Temos também os ditos espaços públicos de uso comum que são aqueles locais institucionais, como por exemplo, as repartições públicas governamentais em todas as suas instâncias, hospitais e locais militares como sendo alguns dos principais exemplos de espaços atrelados ao Estado. Diferem, nesses casos, as funções desses espaços ditos como públicos e de uso comum, notadamente aquelas de cunho burocrático e de assistência aos diversos segmentos sociais, aos quais o acesso é diferenciado, ou restrito aos interesses e necessidades particulares. Esses aspectos singularizam e/ou, melhor, diferenciam os espaços públicos na cidade do ponto de vista dos usos, funções e influências que exercem, e da influência que exercem na dinâmica socioespacial da cidade.

Embora sejam claras as divergências em torno do espaço público temos que levar em consideração, em nossa análise, as relações entre este e o espaço privado, ou formas diferenciadas de privatização do espaço em nome de espaços coletivos ou de uso comum. Em se tratando de um conceito polissêmico por excelência, a sua noção de forma mais precisa apenas se torna possível quando a “oposição com o privado lhe define as fronteiras” (LAVALLE, 2005) e quando levamos em consideração suas formas e funções, também diferenciadas na cidade.

Ampliando essa perspectiva, Gomes (2002, p. 159 e 160) apresenta-nos uma recente e importante reflexão em torno da problemática que ora se analisa. Para este autor, é importante destacar algumas incompreensões sobre ela: 1) a forma negativa de definição largamente utilizada, ou seja, “é público aquilo que não é privado”. Do ponto de vista conceitual, como uma forma prática de identificação essa noção não parece ser apropriada, visto também que existem outros estatutos para o espaço-comum, coletivo etc; 2) tomar o espaço público como uma área juridicamente delimitada. Essa noção significa, antes de qualquer coisa, uma inversão de procedimentos. Os espaços públicos caracterizam-se como locais que precedem os textos legais que regulamentam sua existência. Além de ser o *locus* de manifestações de uma variedade fenomenológica que não obrigatoriamente é descrita na legislação; e, 3) o espaço público é definido pelo livre acesso. Aqui a compreensão da noção de espaço público fica obscura pelo fato de não diferenciar público de coletivo ou comum, ou seja, o fato de proporcionar um livre acesso não configura um estatuto de público ao espaço.

Tais pressupostos são importantes nas atuais circunstâncias, no sentido de compreendermos os espaços públicos não somente como elementos componentes físicos da

estrutura da cidade, a forma, mas analisar seus usos e não-usos, suas formas e graus de apropriação pela sociedade contemporânea, seus potenciais de acesso para a realização de funções diversas da própria vida urbana, pois ocorre, nos espaços públicos, uma multiplicidade de manifestações de ser e estar que se expressam no espaço urbano em escalas diferenciadas. É nessa perspectiva que a materialização das formas nada mais é do que o resultado e/ou produto das práticas socioespaciais num determinado tempo e espaço. Segundo Carlos (2001), é na análise das práticas socioespaciais cotidianas que o uso do espaço se expressa pelas:

[...] relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidades habitante - habitante e lugar, marcada pela presença. São, portanto, os lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a sua vida cotidiana, lugares como condição da vida, que vão ganhando o significado dado pelo uso (em suas possibilidades e limites) (CARLOS, 2001, p. 35 e 36).

As práticas socioespaciais são importantes em nossa análise, a partir do momento que adquirem sentidos através dos usos efetuados, vivenciados e percebidos pelos diferentes sujeitos sociais, seja por meio das situações mais banais como o simples passar, ou, então, das práticas nas quais a interação do habitante com o espaço público se mostra de forma mais contundente por meio da sua utilização e apropriação para necessidades diárias. Assim, as práticas socioespaciais são mediadoras da apropriação da cidade ou parte dela e, por conseguinte, dos seus lugares, incluso dos espaços públicos.

É, nessa perspectiva, que encaminharemos nossas atenções, na seqüência, para uma reflexão pautada na opinião da população sobre seus espaços públicos. Mesmo que essa opinião esteja aqui transmitida por meio da fala do autor, com base no discurso dos diferentes sujeitos sociais, são elementos relevantes do ponto de vista da identificação das práticas socioespaciais, dos hábitos e costumes e sua opinião geral, considerando que, de certa forma, são contraditórios. Nesse caso, nosso posicionamento, enquanto pesquisador deve estar pautado na tentativa de desvendar o movimento que está às ocultas em função dessa contradição. Portanto, passaremos na seqüência, para uma abordagem pautada na interpretação e na comparabilidade, da relação entre a Sociedade e seus respectivos espaços públicos, considerando suas práticas socioespaciais cotidianas, identificadas na fala e na escrita, por meio do instrumental do trabalho de campo: enquete de opinião.

## **2. Da teoria à prática: em busca da realidade concreta**

A orientação geral da análise aqui proposta está pautada numa concepção dialética entre o embasamento teórico e opinião da população guarapuavana sobre seus espaços públicos,

considerando suas práticas socioespaciais cotidianas. Um movimento analítico que parte da relação entre o conhecimento teórico-científico somado as categorias e conceitos analíticos e, por fim, a valorização dos dados primários (qualitativos e quantitativos) obtidos pelo trabalho de campo.

Nosso referencial empírico, como já anunciado anteriormente, trata-se de uma cidade que conta com uma população de aproximadamente 150 mil habitantes, situada na Região Centro-Sul do Estado do Paraná, sobre o Terceiro Planalto paranaense, mais especificamente sobre o Planalto de Guarapuava. Com uma distância de 260 km de Curitiba, a capital do Estado, o município possui uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 164.567 habitantes (IBGE, 2007), sendo que mais de 90% dessa população está hoje concentrada na área urbana, distribuídos entre o distrito sede e mais cinco outros que integram os domínios territoriais do município. Nossa opção pelo estudo de Guarapuava está fundamentada no grau de importância que a mesma possui no cenário regional, como cidade pólo, pelo fato de que desempenha diferentes papéis urbanos e regionais, sendo assim uma cidade intermediária entre as cidades menores e cidades maiores.

Uma cidade média que apresentou e continua apresentar rápido processo de crescimento, principalmente nas últimas décadas; uma expansão urbana marcada pela implantação loteamentos em diferentes locais periféricos ocasionando uma descontinuidade da malha urbana, geralmente desprovidos da infra-estrutura básica; concentração e valorização de áreas dotadas de bens e serviços enquanto evidências da produção desigual do espaço urbano; enfim, alguns apontamentos que confirmam a evolução dos papéis que a cidade vai assumindo ao longo do tempo. Considerando, portanto, esse processo de produção e estruturação da cidade, buscamos refletir sobre o cotidiano dos “cidadãos” guarapuavanos, com olhar voltado de forma específica para o uso de seus espaços públicos como referências das múltiplas formas de viver/sobreviver na cidade média contemporânea.

Trata-se, portanto, de uma articulação a partir da qual intentamos associar aspectos teóricos e empíricos por meio da relação entre o par dialético (teoria e prática), que assume aqui a função mediadora do processo de pesquisa. Essa relação requer um tratamento em que os elementos teóricos e empíricos devem assumir um sentido de complementaridade na qual uma parte fundamenta e dá sentido a outra. Como enfatiza Serpa (2006), essa relação ainda é mais ampla, não podendo haver separação entre teoria e metodologia, entre os conceitos utilizados e sua operacionalização por meio da utilização do trabalho de campo (empírico), aspectos fundamentais para a compreensão dos processos geográficos estudados, em nosso caso, o espaço público. É nessa perspectiva que se configura nossa tentativa de relacionar os pressupostos teóricos e o trabalho de campo.

O instrumental de trabalho de campo por nós utilizado constituiu-se de dois momentos distintos, sendo:

a) *Observação direta* - a observação e a escuta nos espaços públicos<sup>4</sup> permitiu-nos detalhar parte da experiência das práticas socioespaciais neles estabelecidas em diferentes dias e períodos por meio da “caderneta de campo”, dados que consideramos essenciais na relação, comparação e contraposição entre as práticas existentes nos espaços públicos e a opinião da população sobre os mesmos;

b) *Aplicação da enquete*<sup>5</sup> - foi aplicada junto à população tendo como tema os espaços públicos de Guarapuava (praças, parques, calçadão e vias).

Nossa enquete de opinião não foi aplicada somente nos espaços públicos da cidade, mas também no terminal central de ônibus, além de ter sido aplicada junto a alunos, professores, funcionários e pais de alunos de oito escolas de ensino fundamental e médio de Guarapuava (duas particulares e duas públicas situadas na área central e quatro públicas localizadas em áreas periféricas da cidade, sendo uma delas municipal). Esses procedimentos tiveram por objetivos atingir os mais variados segmentos sociais, usuários ou não, dos espaços públicos.

O leitor deverá estar atento para o fato de que não foi definida uma amostragem significativa estatisticamente. O que se trata aqui é uma análise de caráter mais qualitativo e que toma como referência os respondentes da enquete. Essa opção está também fundamentada no pressuposto de Gerardi e Silva (1981), de que nas Ciências Sociais, um dos critérios utilizados para estabelecer se determinada coleta de informações é significativa, ou não, está pautado na repetição e/ou similaridade das respostas por parte dos entrevistados, critério este, por nós utilizado, no momento de análise das enquetes. Deste modo, queremos destacar que os percentuais aqui trabalhados não são necessariamente representativos do universo populacional de Guarapuava, mas que nos parecem expressivos do ponto de vista de elementos para a compreensão da identificação e do perfil dos respondentes, suas condições socioeconômicas e principalmente os hábitos, costumes e opinião dos habitantes guarapuavanos em relação aos usos e não-usos de seus espaços públicos.

---

<sup>4</sup> Existe um número significativo de locais públicos dispersos pela cidade que não constam legalmente como uma praça pública, embora assumam essa função nas áreas mais periféricas. Geralmente, estão associados às organizações de bairro como as associações de moradores. Em grande parte são dotados de algum tipo de equipamentos/infra-estruturas de lazer, já em outras situações, não passam de um espaço livre utilizado como campinho de futebol.

<sup>5</sup> São inúmeros os critérios de elaboração de roteiros de entrevistas e enquetes de opinião nos diversos tipos de pesquisa, assim como na classificação e direcionamento de suas questões. Utilizamos em nosso trabalho de campo um questionário do tipo “autopreenchido”. Nesse sentido, foi organizado a partir da mescla de questões “fechadas, abertas e mistas”, visando obter o máximo de informação do respondente sobre o assunto tratado, fundamentando-nos em pesquisas sobre o assunto, como por exemplo, as de De Angelis (2000) e de Oliveira (2007). Considerando Souza et. al. (2005, p. 133), essa modalidade de questionário foi a que mais se coadunou com nossa proposição pelo fato de que pode ser aplicado com ou sem a presença do entrevistador. Esse procedimento mostrou-nos que aquelas enquetes em que os respondentes efetuaram o preenchimento em casa, apresentaram uma quantidade significativamente maior de informações que as enquetes aplicadas por nós pessoalmente.

### 3. O espaço público na opinião dos guarapuavanos

A pesquisa sobre a opinião junto aos guarapuavanos, sobre seus espaços públicos, apresentou-se como uma alternativa metodológica imprescindível, considerando que a preocupação estava em analisar as práticas socioespaciais e as formas de apropriação dos espaços públicos, por meio dos seus usos e não-usos, e como estes são concebidos pela população. Buscamos, também, com essa abordagem, conhecer os hábitos e costumes da população guarapuavana, como ela diz utilizar-se, bem como apropriar-se, ou não, do espaço público.

Nessa perspectiva, procuramos saber também, em função de que se apropriam, considerando, tanto, elementos relacionados à vivência diária, da vida no bairro, do seu cotidiano, representado por aquilo que Lefebvre (1999, p. 119) chama de “isotopias”, enquanto lugares do mesmo, mesmos lugares, a ordem próxima; como também, aspectos de ordem mais subjetiva, que compõem a percepção dos mesmos, sobre os espaços públicos de forma geral, fundamentando-nos nas “heterotopias”. Estas são representadas pelo outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado, a ordem distante.

No entanto, como demonstra Carlos (2004a, p. 8), “é na análise da vida cotidiana, onde a prática sócio-espacial se desenrola dando conteúdo a vida cotidiana, enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade produz o espaço, apropriando-se dele, dominando-o”. Enfim, buscamos uma caracterização da relação entre as possibilidades e os desejos, os usos e não-usos dos espaços públicos. Considerando tais pressupostos, baseamo-nos ainda, na perspectiva de Oliveira (2007, p. 197), para quem, numa abordagem dessa natureza, devemos partir dos elementos citados pelos usuários, daquilo que lhes é relevante para o uso e a partir do espaço que utilizam. Assim, devem ser valorizados seu entorno e suas vivências enquanto referências, elementos esses, que apontam também para o espaço público que imaginam, ou como desejam que fosse.

Nesse caso, a partir das concepções dos respondentes, fundamentando-nos nas modalidades de representação dos espaços públicos, assim como dos aspectos e elementos considerados para o uso e apropriação dos espaços públicos, para formular um agrupamento: a) *atividades esportivas (modalidades e equipamentos)*: caminhadas, cooper, futebol, skate, bicicross, quadras esportivas, campinhos etc; b) *atividades lúdicas (modalidades e equipamentos)*: *playgrounds*, espaços livres, jogos, brincadeiras, contemplação, encontros, ler, rir; c) *alimentação*: lanches, pipoca, sorvete, barracas, feira, barzinhos e lanchonetes; d) *elementos paisagísticos*: arborização, gratuidade, o verde, a beleza, flores, gramado, lagos e lagoas; e) *elementos arquitetônicos e urbanísticos*: monumentos, quiosques, iluminação, pontes, espelhos d`água, sanitários, bancos, lixeiras; f) *segurança e manutenção*: espaços seguros, tranquilidade, guardiões, zeladores, policiamento; e, g) *atividades culturais*: eventos, teatro, movimentos, práticas religiosas, festividades.



Considerando a seqüência das questões dirigidas aos cidadãos guarapuavanos, trazemos a seguir uma análise dos resultados que, a princípio, estiveram centrados na identificação do perfil dos entrevistados, passando para as práticas socioespaciais, hábitos e costumes e, por fim, enfocando como a população concebe os espaços públicos da cidade enquanto usuário, ou não, desses locais na cidade.

### **3.1. O perfil dos respondentes**

Com o intuito de esclarecer melhor quem foi nosso público alvo, apresentamos nesse item, o perfil dos respondentes. Segundo ao sexo, nosso universo apresentou um número maior de pessoas do sexo feminino. Atribuímos essa diferença a dois aspectos principais: o primeiro deles é que as enquetes respondidas pelos pais dos alunos em sua maioria foram efetuadas pelas mães, ocorrendo da mesma forma com as enquetes respondidas pelos alunos do ensino médio que apresentaram um número superior de pessoas do sexo feminino.

Em relação ao grau de instrução e renda dos respondentes, observamos que predominam os indivíduos que possuem o nível de ensino médio, sendo que, entre os entrevistados foi significativa a resposta de que possui uma renda média de até dois salários mínimos, equivalendo a mais da metade dos respondentes. Já, no que diz respeito à ocupação ou atividade desenvolvida pelos respondentes, optamos por uma classificação composta por cinco tipos, a saber: - trabalhador, não importando o setor, se com carteira assinada, temporário ou informal; - estudante, nesse caso acima dos quinze anos de idade; - aposentado; - desempregado; e, por fim, - dona de casa.

Considerando os dados correspondentes aos referidos tipos, pudemos evidenciar uma supremacia de indivíduos que desempenham algum tipo de trabalho, seguido pela categoria estudantes, sendo que alguns conciliam as duas atividades. No entanto, o que nos chamou atenção em relação a essa questão, foi o fato de que na seqüência, juntamente com os aposentados, estão os desempregados, confirmando uma realidade no contexto das cidades brasileiras, que em sua maioria, apresentam um contingente considerável de pessoas sem trabalho mesmo não considerando se esse seria formal ou não.

Uma das questões que consideramos importante para nossa análise foi a relação existente entre as horas em que os diversos segmentos sociais dedicam ao trabalho, independente da ocupação, em comparação com as horas de tempo livre. Essa correspondência pode ser um indicador do tempo destinado ao lazer, às festas, ao encontro, o que, teoricamente pode ter uma relação direta com os usos dos espaços públicos da cidade: a praça, o parque, dentre outros espaços públicos.

Observamos que predominam entre os respondentes aqueles que possuem uma carga horária superior a quarenta horas semanais de trabalho. Verificou-se que mais da metade do conjunto dos respondentes que estão nas faixas de renda de até dez salários mínimos inserem-se nessa categoria. Embora, seja muito mais expressiva na faixa daqueles que ganham entre dois e cinco salários mínimos, em média.

Enfim, consideramos alguns aspectos que, de certa forma, contribuem diretamente para a redução das possibilidades de se destinar algum tempo para atividades relacionadas ao tempo livre e/ou ao lazer propriamente dito. Como expressa Giddens (1991, p. 26), “o esvaziamento do tempo” é em grande parte a pré-condição para o “esvaziamento do espaço” e tem assim prioridade causal sobre ele. A resposta da senhora de 45 anos moradora no Xarquinho (Bairro Industrial), pode ilustrar, em parte, essa situação, em relação ao tempo disponível, por exemplo, quando questionada se freqüentava algum espaço público na cidade, a resposta foi a seguinte: “não, eu trabalho”. Confirma-se, assim, a compreensão de Padovani (2003, p. 181) de que “nunca o tempo livre foi tão controlado, sem que o indivíduo percebesse. A encenação é tão perfeita, que entre outras coisas o controle também passa despercebido”.

No entanto, outro aspecto relevante a ser considerado nesse contexto, foi o fato da maioria dos respondentes destinarem parte do seu tempo livre para o lazer (com uma correspondência entre 50 e 80%, com exceção da classe entre 50 e 60 anos), considerado as faixas etárias e também a renda<sup>6</sup>. Embora, haja uma predominância das opiniões de que o tempo dedicado ao lazer é de até cinco horas semanais. A partir dessas informações, subentendemos que é um tempo restrito que, se destinado ao uso de um espaço público, é feito de forma rápida. Essa realidade que se impõe, confirma de certa forma, a análise de Lefebvre (1991, p. 62), para quem o lazer é, antes de tudo, e para todos ou quase todos, uma ruptura (momentânea) com o cotidiano. Para este autor, “o lazer não é mais a Festa ou a recompensa do labor, também não é ainda a atividade livre que se exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo”. A idéia de Lefebvre é basilar no sentido de fornecer subsídios para a análise do caráter cada vez menos público dos espaços urbanos.

Na seqüência, segundo o roteiro elaborado por nós, quando questionados se saem de casa ou não, nos finais de semana e feriados, pudemos notar que as respostas obtidas têm uma relação com o fato de dedicarem algum tempo ao lazer durante a semana, visto que predominantemente os respondentes dizem sair de casa nesses dias para realização de algum tipo de lazer. Então, com o intuito de compreender quais são os motivos que fazem com que saiam de suas residências e

---

<sup>6</sup> Queremos alertar ao leitor no que diz respeito à idade, que procuramos trabalhar com uma correspondência entre o número de enquetes aplicadas e o número de habitantes por faixa etária. Como referência, tomamos os agrupamentos por faixa etária estabelecido pelo IBGE, que são: 15 a 19 anos, 20 a 29 anos, 30 a 39 anos 40 a 49 anos, 50 a 59 anos e acima dos 60 anos. Já, no que tange à renda, optamos por dividir nos seguintes agrupamentos: até dois salários mínimos, entre dois e cinco salários mínimos, entre cinco e dez salários mínimos e acima de dez salários mínimos.

quais locais costumam freqüentar, lançamos uma questão semi-aberta em que poderiam optar, ao responderem, por até três alternativas ou complementar, quando fosse o caso com algum tipo de atividade que não estivesse sido contemplada no questionário proposto.

Numa ordem decrescente, as opções dos entrevistados variaram em torno das seguintes opiniões: a) casa de parentes ou amigos; b) parques, praças e calçadão; c) clubes; d) santuários; e, e) cinema e igrejas, entre as respostas mais representativas. No entanto, compareceram nesse âmbito aqueles que costumam freqüentar locais, como: campos de futebol, casas noturnas, museu, grupos de jovens, além dos que não opinaram.

O que nos chamou atenção, aqui, é que a predominância dos respondentes costuma freqüentar a casa de parentes ou amigos quando sai nos dias de folga, isso para todas as faixas etárias e de renda. De início, observamos que se trata de uma das principais características culturais ainda presente nas cidades interioranas - a visita aos parentes e amigos nos fins de semana, associada, geralmente ao ir à igreja. Também evidenciamos essa situação ao correlacionamos as informações entre os locais que os respondentes costumam freqüentar, quando saem nos dias de folga, e a sua renda, por exemplo. Ela é mais representativa entre aqueles que possuem uma renda de até dois salários mínimos. Diferente, por exemplo, dos que possuem mais de dez salários mínimos e, que além da casa de parentes e amigos, preferem freqüentar as praças, seguidas pelas opções do cinema, clubes e casas noturnas.

Na seqüência, entre as respostas obtidas à questão relativa às razões pelas quais saem de casa, para o lazer, estão aquelas que podem ser agrupadas como freqüência aos os espaços públicos, representados aqui pelas praças, parques e o calçadão da Rua XV de Novembro. Essas opções foram seguidas, pela indicação de clubes privados (espaços de uso coletivo, mas não espaços públicos), santuários, cinemas, igrejas e campos de futebol, o que nos permite afirmar que predomina na opinião dos respondentes, de certa forma, a utilização geral do espaço público na cidade.

Por outro lado, constatamos também que são variados os motivos que justificam a permanência dos respondentes no âmbito do espaço privado, indo além das opções sugeridas na enquete. Considerando uma seqüência decrescente tivemos, associadas a passar o tempo vago em casa, as seguintes razões relativas ao uso do tempo por meio de atividades como: a) ver televisão; b) descansar; c) realizar trabalhos domésticos (no caso das donas de casa); d) estudar; e) desenvolver o trabalho profissional; e, f) realizar leitura. Ademais, foram citadas, atividades como o uso do computador (principalmente para acesso à internet), dedicação à convivência familiar e ao artesanato.

As formas de utilização do tempo vago em casa apontam-nos para as tendências de práticas socioespaciais, na cidade atual. Aquela enfatizada por Viana Junior (1995), para quem, o homem moderno está cada vez mais fechado em si mesmo, em sua casa, assistindo filmes e

concertos na televisão em vez de freqüentar as salas de espetáculo, comunicando-se com seus pares pelo computador, em vez de encontrá-los no espaço urbano, e fechando-se, por conforto e segurança.

No entanto, temos que destacar que a casa (privado), trata-se do ponto de referência nas relações com o público (rua), entre privacidade e sociabilidade, entre o indivíduo e comunidade, para depois, em outra escala, ser analisada, ainda, na sua relação com a cidade. Ao correlacionarmos as informações obtidas com a aplicação de nossa enquete, verificamos que, mesmo nos momentos vagos, ou nos finais de semana, o estar em casa vai muito além do descansar ou do ver televisão. Em todas as faixas de renda, observamos que se utilizam desse tempo para desempenhar atividades relacionadas ao trabalho e que essa tendência é muito mais expressiva, no caso das pessoas que possuem uma renda de até cinco salários mínimos.

Na seqüência, outra informação, por nós buscada com a enquete, diz respeito aos meios de locomoção do cidadão para a realização de suas atividades cotidianas no espaço urbano, dentre as quais podem estar também o uso do espaço público. A locomoção do cidadão é um elemento que contribui, significativamente, do ponto de vista da acessibilidade à cidade ou da simples circulação que permita os deslocamentos entre a casa, o trabalho, o estudo, o lazer, etc. Como resultado das informações obtidas verificamos que o meio de transporte mais utilizado na cidade é o transporte coletivo por ônibus, seguido pelo automóvel particular e pelos deslocamentos realizados a pé, ratificando, que no caso desse último, trata-se de um tipo de locomoção. Ficam, por último, as opções dos cidadãos que se utilizam da motocicleta e de bicicletas para seus deslocamentos pela cidade. A correlação entre informações aponta para a utilização do transporte coletivo, principalmente, por quem desempenha algum tipo de trabalho ou é estudante. Sendo representativo, também, o uso desse tipo de transporte pelos aposentados. Enfim, essa primeira parte constitui-se de noção mais geral, em que abordamos o perfil dos respondentes atrelado às suas práticas socioespaciais cotidianas. Estaremos, a partir de agora, enfatizando tais práticas, relacionando-as diretamente aos usos e não-usos dos espaços públicos. Para tanto, levaremos em consideração os hábitos e costumes dos seus habitantes.

### **3.2. Práticas socioespaciais: usos e não-usos do espaço público**

Levando em consideração os pressupostos indicados no início de nossa reflexão, passaremos a tratar da relação direta entre os respondentes e o espaço público, a partir da sua vivência cotidiana, considerando os usos e formas de apropriação dele, refletindo, nesse sentido, nas formas de identificação entre habitante e lugar. Nessa perspectiva, lançamos mão, a princípio, de uma questão que levasse o respondente a pensar em algum espaço público da cidade com o

qual tenha mais afinidade por um motivo ou outro, ou seja, quando tratamos dos espaços públicos na cidade, qual lhe vinha em mente?

Esse questionamento mostrou-nos um resultado interessante, do ponto de vista da diversidade na escolha dos locais. Apesar da preponderância de alguns locais, notamos que o cidadão vê e/ou percebe a cidade por meio do seu local de convivência diária ou então, geralmente, a partir dos seus trajetos entre casa, trabalho e espaços de lazer. Esse resultado confirma a perspectiva de Carlos (2001, p. 221), de que “o cidadão não se apropria integralmente da cidade”, ou seja, as práticas socioespaciais são sempre limitadas por trajetos e usos geralmente rotineiros, por locais possíveis de serem apropriados pelo corpo e pelos seus sentidos, sendo que essa apropriação propriamente dita, geralmente acontece em determinadas parcelas da cidade e não em sua totalidade.

Dentre os principais locais indicados pelos cidadãos destacaram-se respectivamente, o Parque do Lago e a Praça Eurípio Rauen, ambos localizados próximos à área central da cidade. No caso do primeiro, trata-se de um amplo espaço público criado no final da década de 1990 e que oferece os mais variados tipos de lazer, sendo utilizado por diversos segmentos sociais. Já, no caso da segunda opção, pode-se dizer que é um dos espaços públicos mais tradicionais da cidade, que sempre foi usado como cartão postal, pois é um lugar que retrata a memória urbana de Guarapuava em função da importância simbólica que lhe é peculiar. Por estarem localizados nas proximidades do centro da cidade e pelas possibilidades de diferenciados tipos de uso que oferecem, são também os mais utilizados pela população. No entanto, é frisar as possibilidades de acesso, notadamente maiores, para quem mora nas proximidades, ou então, dispõe do automóvel particular para acessá-los.

Na seqüência, aparece o Parque das Crianças, seguido pela Praça Nove de Dezembro e o Calçadão da Rua XV de Novembro. Destacamos que esses últimos reforçam a preferência pelos espaços públicos mais tradicionais da cidade, associados à área central, que é o centro principal ou tradicional de Guarapuava. Uma relação que se expressa nas respostas obtidas é aquela entre o centro, espaço público e comércio. O Calçadão assume a função de eixo principal da cidade, local em que se concentram as principais atividades comerciais, devido à localização ao longo do mesmo das principais empresas de serviços e comércio, o calçadão é, também, o local do comércio informal, aonde podemos evidenciar a luta de diversos segmentos sociais pela sobrevivência na cidade.

Em uma caminhada pelo calçadão, podemos constatar a presença no local, dos diferentes sujeitos sociais e suas respectivas atividades. Há os artesãos, expondo seus produtos; assim como os pipoqueiros e sorveteiros; vendedores de CD/DVD e objetos religiosos; o vendedor de alho; as barraquinhas de guloseimas e artesanato; os pedintes, os catadores de lixo e os garis. No entanto,

voltaremos a tratar desses sujeitos sociais e suas relações com os espaços públicos, na área central da cidade.

Em se tratando de referências urbanas, outro fato que merece atenção, foi o caso das respostas emitidas por alguns moradores dos bairros periféricos da cidade. Quando questionados sobre o primeiro espaço público que lhes vinha em mente, as respostas foram as seguintes: o espaço do cidadão<sup>7</sup>, o posto de saúde, a escola, a igreja e os santuários. Essas respostas refletem, a nosso ver, tanto as necessidades básicas do cidadão, seja o espaço público para o lazer e convivência (geralmente exíguo), ou então, a reivindicação de locais que satisfaçam suas necessidades básicas, como educação, saúde e vida espiritual.

A nosso modo de ver, deparamo-nos aqui com um paradoxo. Ora os moradores dos bairros se reconhecem nessas parcelas da cidade, criando uma noção de convivência mútua e de pertencimento ao lugar, tomando como base a irrisória infra-estrutura e assistência, no diz respeito às necessidades básicas do cidadão. Ora, para outros, notadamente aqueles moradores dos bairros mais distantes, as respostas emitidas passam a noção de um não pertencimento, de um sentimento de exclusão em relação ao restante da cidade, quando fazem referências do tipo: “ir pra a cidade”; “quando vou para a cidade”, “na cidade existem praças bonitas, mas aqui no bairro não tem nenhuma”, “vou pra cidade de 15 em 15 dias ou uma vez por mês”. Enfim, são expressões que representam de certa forma, o que nos mostra Da Matta (1997 e 1991), de situações em que o indivíduo convive com a idéia de que determinada parte da cidade não é para seu bico.

Outro espaço público por excelência, ao qual já fizemos referência, a “rua”, também apareceu na opinião dos cidadãos. Seja pela beleza das grandes avenidas de acesso à área central da cidade, com seus canteiros centrais floridos, e com seus monumentos, seja em função dos reclamos pelas más condições das mesmas nos bairros desprovidos de infra-estrutura adequada, sem pavimentação e nem calçadas, a rua torna-se um elemento importante no processo de análise, a partir do qual podemos pensar a experiência cotidiana, dos encontros e dos confrontos estabelecidos pelas práticas socioespaciais na cidade.

No entanto, considerando o conjunto dos respondentes das enquetes aplicadas, observamos que a maioria deles afirmou que costumam usufruir dos espaços públicos para atividades diversas da própria vida urbana. Segundo o balanço das informações obtidas, essa resposta foi positiva em todas as faixas etárias e de renda, numa frequência que variou entre 60 e 80%).

Nessa perspectiva, observamos que ocorreu uma similaridade dos dados obtidos em relação aos espaços mais lembrados pelos entrevistados anteriormente. Foram exatamente a Praça

---

<sup>7</sup> É a denominação dada, em Guarapuava, aos locais de convivência e assistência à população. Existentes e distribuídos estrategicamente em determinados bairros da cidade, tais espaços são geralmente dotados de ginásio de esportes, posto de saúde e creche.

Eurípio Rauen e o Parque do Lago, os espaços ditos mais freqüentados, seguidos pela Praça Nove de Dezembro, a mais central e tradicional da cidade. Dentre os principais atributos relacionados aos motivos de utilização dos espaços públicos pelos guarapuavanos e nos fundamentando nas modalidades de representação, aspectos e elementos dos locais, podemos relacionar os seguintes indicativos: a tranqüilidade do lugar, a proximidade entre a residência e o espaço público, enfatizando que esse é um aspecto importante, pelo fato de tratar diretamente da questão da acessibilidade, quanto mais próximo, maiores serão as possibilidades dos usos, por meio da caminhabilidade. Para além desses, outros aspectos que se destacaram, foram o encontro com amigos e o movimento de pessoas nesses locais. Além, das referências aos espaços públicos enquanto área livre, área verde (alusão à natureza, ar puro). Ou então, do espaço utilizado também para o trabalho e para a participação em eventos religiosos que esporadicamente neles ocorrem, como por exemplo, as celebrações da Semana Santa na Praça da Fé. Enfim, alguns dos aspectos que melhor retratam as justificativas pela escolha e uso de determinados locais públicos da cidade.

Nessa perspectiva, de forma muito expressiva, evidenciamos em primeiro lugar, que o guarapuavano vai ao espaço público principalmente para realizar suas “caminhadas” cotidianas, denotando mais uma relação com o “lazer rápido”. No entanto, um dado que consideramos relevante para a análise é que na seqüência, o mais indicado foi que os espaços públicos da cidade constituem-se nos locais destinados à sociabilidade entre os cidadãos, tendo em vista que grande parte diz ir ao espaço público para “conversar” e “encontrar amigos”.

No entanto, a diversificação nos usos dos espaços é reforçada quando percebemos que na seqüência, aparece a opção dos cidadãos que se dirigem ao espaço público para levar crianças, encontrar com parentes e amigos, o que indica a presença nesses locais das famílias guarapuavanas. Essa prática é representativa e foi evidenciada durante nossos trabalhos de observação direta, principalmente, em espaços públicos como: Parque do Lago, Parque das Crianças, Praça da Ucrânia e na Praça Nove de Dezembro.

Dentre os elementos mais representativos estão, também, aqueles ligados ao descanso, à contemplação e ao passeio. Esses elementos estão, geralmente, associados à idéia do espaço público, enquanto quebra da “monotonia urbana” e expressão de “tranqüilidade e gratuidade”, ou então, enquanto fragmentos que são como “recantos”, entremeio ao espaço quase que todo edificado que representa a cidade. Enfim, podemos observar por meio dessas práticas socioespaciais que os espaços públicos são os lugares das possibilidades na cidade. Que são os usos dessas parcelas do espaço urbano pelo cidadão que podem potencializá-los, enquanto locais de “interação socioespacial”.

### 3.3. Espaço público: entre as necessidades e os desejos

A terceira e última parte de nossa enquete, é aquela por meio da qual procuramos saber diretamente qual é a opinião dos cidadãos guarapuavanos sobre seus espaços públicos. As respostas obtidas às três últimas questões trazem a visão geral dos respondentes, independentemente, se usuários, ou-não, desses espaços na cidade. Tendo em vista o interesse da pesquisa em contemplar também o sujeito (cidadão) e suas práticas socioespaciais cotidianas, não temos dúvida de que sua opinião assume um papel relevante em nossa análise. Trata-se do espaço público narrado pelas pessoas.

Para tanto, partimos da noção geral dos guarapuavanos sobre os lugares públicos da cidade, acrescido do que mais o agrada ou desagrada em relação aos mesmos, considerando os elementos de representação e produção socioespacial atinente aos locais. Nesse caso, fundamentando-nos em Lefebvre (1999), enfatizando os elementos do espaço público enquanto um espaço produzido, tanto no nível do lugar, da realidade concreta por meio dos trajetos e dos usos cotidianos; quanto no nível do outro lugar, ou o lugar do outro, considerando-se os aspectos subjetivos que esse último encerra. A distinção entre as necessidades e os desejos assume um caráter subjetivo, no mundo contemporâneo, o que torna a análise das respostas ainda mais difícil.

Como se trata da opinião geral dos respondentes, nossa análise está pautada em elementos concretos, da vivência cotidiana dos sujeitos sociais, mas que, também, possuem uma carga simbólica. Como frisa Seabra (1996, p. 77), o cotidiano é ao mesmo tempo abstrato e concreto; institui-se e constitui-se a partir do vivido. Nessa mesma linha, alerta-nos Serpa (2007), que a análise do espaço público, necessariamente, deve considerar sua produção simbólica. Da reprodução dos diferentes aspectos culturais, da intersubjetividade que relaciona os diferentes sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos.

Levando-se em consideração as dificuldades já destacadas, mas no sentido de facilitar a compreensão e a reflexão, subdividimos as considerações dos respondentes em dois grupos de ordem geral - aspectos positivos e aspectos negativos - tomados em relação aos espaços públicos, procurando, entretanto, fazer sempre um contraponto entre os mesmos, além da comparação com nossas atividades de campo, haja visto, que percorremos todos os espaços públicos pesquisados, no intuito de assegurar a coerência de nossa análise, a partir das argumentações aqui efetuadas e da realidade observada.

As opiniões, agrupadas como **favoráveis** aos espaços públicos, giraram em torno da existência e da importância dos mesmos na, e para, a cidade, considerando os aspectos que serão ressaltados a seguir. A princípio, destacamos que a opinião geral retrata que um terço dos respondentes, em todas as faixas etárias, considerou os espaços públicos como “bons”, sem relativizar a resposta. Chamou-nos a atenção, na seqüência, o fato de que outra parte significativa



dos respondentes fez referência a esses espaços, enquanto lugares “bem cuidados” e, principalmente, enquanto locais de “lazer, encontro e do movimento”, reiterando sempre a necessidade dos mesmos para a população citadina enquanto locais de convivência, da infraestrutura e dos equipamentos para o lazer. Para a professora de 43 anos no Bairro Santa Cruz: “é o lugar de lazer e onde você pode brincar com seus filhos”. Já, para a senhora de 40 anos, residente no centro: “esses ambientes são extremamente importantes e necessários para o lazer da população guarapuavana”. Ainda, na opinião da estudante de 18 anos, moradora no Bairro Boqueirão: “são lugares bem movimentados principalmente por pessoas que procuram um lugar mais tranquilo. É lugar para diversão para as crianças”.

Para outros, os espaços públicos são locais fundamentais para o “equilíbrio urbano”, do ponto de vista da “qualidade ambiental”. Como ressalta a senhora de 43 anos residente no Bairro Santana: “lugares limpos e bem arborizados”. Além, dos que mencionaram os elementos arquitetônicos enquanto referências desses locais para a cidade. Como ressalta a jovem de 29 anos moradora no Bairro Trianon: “os jardins e os recantos”. Ou então, na opinião do jovem de 25 anos, residente no Bairro Industrial: “elementos de cunho cultural e históricos, mesclados à modernidade do centro urbano”. Ainda, para a estudante de 28 anos moradora no Bairro Boqueirão: “gosto de ficar olhando as flores, o lago e a lagoa, gosto da paisagem”.

Já, noutro sentido, referindo-nos ao grupo das opiniões **desfavoráveis**, observamos que giram em torno dos reclamos pelo descaso com os espaços públicos da cidade. Permeado, nesse sentido, ora pela negligência do poder público na implantação e manutenção dos espaços públicos; ora pela própria população que faz má utilização desses locais, do vandalismo, principalmente. Ressaltamos também, no que toca esse aspecto, que geralmente ocorre uma tendência dos respondentes a destacarem os fatores negativos dos locais. Evidenciando a idéia de Caldeira (2000, p. 326), para quem “os espaços públicos urbanos constituem-se em locais da coincidência entre a democratização e a deteriorização”.

No entanto, entre os fatores que se mostram negativamente observamos que grande parte dos respondentes enfatizou que os espaços públicos são e/ou estão mal cuidados. Ao nosso modo de ver, a predominância dessa resposta, expressa dois aspectos que precisamos esclarecer: o do “abandono” por parte do poder público, atrelado ao mau uso por parte da própria população; e, a polêmica questão da insegurança que assombra o uso do espaço público na cidade contemporânea.

No primeiro aspecto, evidenciamos referências ao descaso em relação aos espaços públicos na cidade, sendo que ora a responsabilidade recai sobre o poder público que não dá merecida atenção aos locais e sua infra-estrutura, ou seja, a “culpa é do prefeito”, ora, essa responsabilidade é atribuída aos próprios cidadãos, que não fazem bom uso dos equipamentos disponíveis.

A matéria realizada pelo Diário de Guarapuava (2004)<sup>8</sup> mostra-nos, também, que, principalmente os espaços públicos são alvos de atos de vandalismo na cidade. Na Praça Cleve, os cinqüenta e dois conjuntos de luminárias foram recuperados. Em algumas praças, além das luminárias, cabos subterrâneos foram arrancados, como recentemente foi registrado no Parque do Lago e no Parque das Crianças (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2004).

O vandalismo e a depredação acabam por inibir o uso da infra-estrutura e, por conseguinte, a própria utilização do espaço público de forma geral. Contudo, no que diz respeito à atribuição dos problemas ao poder público, evidenciamos referências como a do Senhor de 45 anos residente no Bairro Morro Alto: “o prefeito deve arrumar as praças e as ruas”; ou então, a opinião do estudante de 17 anos residente no Bairro Trianon que afirma, e depois reivindica: “não tão muito bons. Queria pedir para o Fernando Ribas Carli (prefeito) que faça coisas que preste, já que o seu filho ganhou como deputado, ele que ajeite direito as ruas”.

A correlação entre as informações atinentes à renda e à opinião geral dos respondentes, mostram-nos que, para aqueles que possuem uma renda de até cinco salários mínimos, os reclamos são em torno, principalmente da falta de “atrativos”, seguidos por aspectos como, “má conservação”, falta de sanitários e da água nos espaços públicos. Além desses, mais representativos, estão também aqueles relacionados ao abandono nos bairros e à insegurança. Já para os respondentes com renda a partir de dez salários, por exemplo, a insatisfação está atrelada a dois aspectos principais, a falta de atrativos e o mau uso. Acompanhados, na seqüência, em mesma proporção, pela falta de infra-estrutura, pela insegurança e pela associação do espaço público a locais perigosos.

Enfim, são constatações que se impõem. No entanto, queremos destacar que dentre essas, uma se sobressai, aquela de que o poder público é o único responsável pelos problemas com o espaço público, eximindo-nos da responsabilidade sobre sua manutenção, retratando, de certa forma, a idéia de Da Matta (1991), de que aquilo que acontece fora de nossas casas é um problema do governo. Trata-se da idéia do espaço público enquanto “terra de ninguém”.

O segundo aspecto recorrente e que se fez notar, de forma significativa, foi o da insegurança, que é sempre polêmico, pois o espaço público é percebido como o espaço do medo e não como o espaço do uso. Vários dos respondentes atribuem a não freqüência deles e de outras pessoas, aos espaços públicos, como decorrência da falta de segurança, da falta de policiamento e do perigo iminente que a permanência nesses locais pode acarretar. Esse fato evidencia um paradoxo, pois é justamente o uso diferenciado dos espaços públicos que vai garantir, de certa forma, a segurança dos mesmos, ou para usar as palavras de Caldeira (2000), a segurança é mantida pelo engajamento e não pelo isolamento.

---

<sup>8</sup> DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Cidade. Patrimônio Público: Surg conclui reparos na iluminação em praças do município. Ano 5, n. 1409, 24 e 25 de julho de 2004. p. 6.

No entanto, são constantes, nas respostas, declarações como: “geralmente nesses lugares encontram-se os vândalos”; “os locais estão ocupados por drogados e prostitutas”; “não estão sendo bem cuidados, principalmente os dos bairros”, “falta atrativos”; “estão sendo dominados por marginais para o uso de drogas” e “os desempregados, os drogados, os bêbados, as crianças pobres e os miseráveis”.

Essa visão, geralmente estereotipada desses sujeitos está, muitas vezes, associada ao fato de que as pessoas não utilizam os espaços públicos em função do uso freqüente, principalmente das praças centrais por esses tipos sociais. Não estamos querendo afirmar que este não seja um fator limitante para o uso dos locais por um maior número de pessoas, no entanto, não podemos tomar apenas um dos elementos geradores de conflitos de usos, como regra geral para a não utilização dos lugares públicos pelo conjunto da sociedade. E, por outro lado, compartilhamos com Caiafa (2007), quando afirma, que são os desconhecidos em torno de nós que qualificam o espaço público e facilitam o nosso acesso, ao circularem conosco pela cidade.

Ainda em relação à opinião geral dos cidadãos sobre os espaços públicos observamos que, para parte deles, esses espaços não existem no entorno de suas moradias. Essa constatação está atrelada à centralidade urbana exercida pelo centro principal e pelas áreas pericentrais, onde se concentram os dos principais espaços públicos da cidade. Já, no caso dos bairros periféricos, os espaços públicos, geralmente, encontram-se em más condições de uso, quando não em situação de abandono. Podemos associar, aqui, novamente uma relação de causa e efeito, a falta de implantação e manutenção desses locais públicos de sua infra-estrutura abre precedentes para o não-uso, ou então, para a utilização dos mesmos para outros fins, que não o encontro e o lazer da população.

Algumas das respostas em relação a essa questão expressam a idéia dos moradores dos bairros mais periféricos que se sentem alijados dos direito de usufruir de um espaço de convivência perto de seus locais de moradia. Alguns exemplos que ilustram essa constatação foram dados pelas opiniões dos moradores do Bairro Industrial. No primeiro caso, uma senhora de 30 anos moradora do bairro escreveu o seguinte ao fazer referência à falta de espaços públicos no bairro: “é bom que a sociedade tenha espaços tranquilos, um ambiente bom para sair com a família e amigos, mas creio que nem todos são privilegiados, ruas esburacadas, praças mais próximas a 15 min”. (...) as praças são muito longe, não é todos os bairros que têm espaços públicos, isso deveria mudar... Na segunda opinião, o estudante de 17 anos do mesmo bairro escreveu que: “na cidade, existe algumas partes como o lago [parque do lago] lá é muito bom de ir, mas tem praças muito mal cuidadas, bem no bairro onde eu moro não tem nenhuma praça ou parque, tem no centro da cidade e fica longe da minha casa”.

Ademais, o Calçadão da Rua XV foi lembrado enquanto o espaço destinado ao consumo, enfatizado pelos respondentes principalmente por suas imponentes vitrines, lojas, bares e

lanchonetes, ou então, considerando a opinião da Senhora de 38 anos residente no Bairro São Cristóvão, que “as praças e parques deveriam ter praças de alimentação também”. Além dos que afirmaram que nada os agrada nesses espaços. Por fim, gostaríamos de compartilhar de algo que nos chamou mais atenção, foi a opinião do jovem estudante de classe média com 17 anos, residente no Bairro Alto da XV, que clama: “quero *shopping center*”. Talvez, possamos, de maneira hipotética, associar tais opiniões, haja visto, que a idéia das praças de alimentação no espaço público, pode ser uma forma de levar a “praça de alimentação”, comum hoje nos *shopping centers*, para a praça pública...? Pensemos nisso...!

Ainda, no que tange ao que mais desagrade o cidadão guarapuavano em relação aos seus espaços públicos, além de alguns já mencionados acima destacamos os seguintes: - o vandalismo e a presença de lixo nos locais atrelados à má conservação; - o repúdio aos locais em função da presença do “outro”. Como evidenciamos na resposta da estudante de 18 anos, residente na Vila Bela: “os desempregados, os drogados, os bêbados, as crianças pobres e miseráveis, etc”.

A presença de determinados tipos sociais e suas respectivas práticas, são associadas por parte da população à deterioração dos espaços públicos da cidade, devendo ser evitados. Idéias dessa magnitude são criadas a partir do estereótipo dos tipos sociais que aí freqüentam e das atividades que desenvolvem, desconsiderando, nesse caso, o processo de produção recente do urbano gerador desse quadro social e, que se faz visível no espaço público, por meio das relações e práticas sociais que aí se estabelecem.

Trata-se, na verdade, da expressão da diversidade e esse “diverso”, segundo Frúgoli Júnior (1995, p. 35), gera a contradição e o conflito. Para o autor, a “diversidade” é vista de forma absolutamente negativa, principalmente pelas classes sociais de maior poder aquisitivo, que abandonaram o espaço público em detrimento do espaço privado, como os clubes sociais privados, academias, dentre outras opções de lazer que vão para além da cidade e associam, de certa forma, o espaço público à idéia de espaços violentos e perigosos.

No entanto, considerando essa perspectiva geradora de conflitos nos usos e principalmente na noção de um espaço público na cidade atual, compartilhamos com o argumento de Jovchelovitch (2000), de que a idéia de violência que permeia a vida pública ainda não é suficiente para erradicar os elementos que ligam a experiência concreta do dia-a-dia a projetos de esperança e convivialidade. Nesse caso, entendemos que mais importante do que a polícia para manter a “ordem” e os espaços públicos seguros, é a sua ocupação, bem como o trânsito livre das pessoas, que vão “garantir”, de certa forma, sua segurança por meio dos usos diferenciados.

Enfim, queremos ressaltar que a partir da noção geral de espaço público para cidadãos guarapuavanos respondentes da enquete, pudemos perceber a complexidade e a multifuncionalidade que são características dessas parcelas do espaço urbano por meio das práticas socioespaciais que nelas se estabelecem. Contudo, entre o espaço público concreto e aquele

imaginado, entre o espaço da necessidade e o do desejo, da diferença e da diversidade, são as práticas socioespaciais, ensejadas por essas opiniões, na afirmação dos usos cotidianos, que o espaço público angaria sentido, instituindo-se e constituindo-se enquanto lugar na cidade.

#### 4. Considerações finais

Numa perspectiva analítica socioespacial, podemos observar que o espaço público encerra diferentes concepções e acepções, usos e funções no contexto da cidade. Do exposto, observamos que a relevância dos dados empíricos ora apresentados revelam muito mais do que a simples opinião da população, expressa aqui por meio da análise aqui desenvolvida. Trata-se na verdade, de um conjunto de práticas que garantem ao espaço público formas e funções específicas, tanto complexas, quanto aquelas que encerram a própria cidade enquanto um espaço produto de relações sociais que se estabelecem por meio do processo de produção diferenciada do espaço.

Enquanto expressão de um espaço em **redefinição** constante, os espaços públicos na cidade contemporânea, ora se apresentam enquanto locais relegados ao esquecimento pela perda de algumas de suas funções principais, notadamente aquelas relacionadas ao encontro, à interação e à convivência, ou então por assumirem funções adversas; ora se fazem notar por meio de políticas de promoção dos mesmos enquanto locais de espetáculo na moderna cidade por meio de imagens simbólicas que lhes são peculiares, variando no tempo e no espaço. Não menos importante, parece-nos que é ressaltar o contrário, ou seja, o espaço público enquanto expressão de um processo de produção da cidade, das suas contradições, conflitos e reflexos, por isso mesmo, o lugar do possível, da intervenção, do ato político, da reivindicação, da festa, do lúdico e do improvisado.

Nesse caso, de uma forma ou de outra, considerando aqui a “voz do cidadão”, somos levados a enfatizar, que a metamorfose do espaço público perpassa por uma suposta necessidade de transformação iminente das cidades em favor de sua valorização econômica e política, que devemos considerar na análise, não sem ressaltar que esse mesmo espaço público traduz, de forma peculiar, as diferentes experiências do urbano, das necessidades e dos desejos individuais e coletivos, dos diferentes valores sociais e culturais. Enfim, trata-se de determinadas práticas socioespaciais que diferentes sociedades experimentam ao longo do tempo e, que se expressam no espaço urbano por meio dos usos e apropriação, das diversas relações possíveis entre esfera pública e esfera privada.

Parece necessário, portanto, nas atuais circunstâncias, compreendermos esses espaços enquanto dimensões do espaço urbano cotidiano. Nessa perspectiva, queremos enfatizar a noção de espaço público que está pautada no espaço concreto, o da praça, do parque e da rua. Lugares

em constantemente transformação, produzidos por meio de diferentes usos e, por consequência, pelos diferentes sujeitos sociais e suas respectivas diferenças, enfatizando, nesse caso a diversidade expressada segundo suas práticas cotidianas como pudemos analisar por meio do conjunto das respostas da população guarapuavana sobre seus espaços públicos.

O que constatamos e queremos destacar é que os espaços públicos devem ser vistos *a priori* enquanto lugares sociais, em que uma multiplicidade de significados são produzidos cotidianamente. Um espaço em redefinição, por meio de práticas socioespaciais cotidianas, fazendo desses lugares espaços da diferença e do conflito, mas também das possibilidades, das identidades, da subversão e transformação socioespacial. Nessa perspectiva, estamos falando da cidade enquanto produto da ação dos diferentes sujeitos sociais. Sujeitos que são os protagonistas da sua própria história, construtores da cidade e não somente consumidores de tudo aquilo que ela tem para oferecer; de sujeitos sociais históricos, mesmo que vistos a partir do olhar do pesquisador, considerando que ainda não são percebidos pelo conjunto da sociedade, são determinantes para a análise das formas de apropriação socioespacial urbana por meio dos espaços públicos, enquanto dimensão do processo de produção e estruturação da cidade contemporânea.

## Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004a.

\_\_\_\_\_. Uma leitura sobre a cidade. In: **Revista Científica Cidades**. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 1 n. 1, 2004b. p. 11 - 30.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole: fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades: ensaios e etnografias**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2007.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

\_\_\_\_\_. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 4. ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DE ANGELIS, Bruno L. D. **A praça no contexto das cidades o caso de Maringá - PR**. 2000. 367f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Espaços públicos e inteiração social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine M. Nentwig. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GUIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LAVALLE, Adrian Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: Espaço público: o conceito e o político. **Espaço e Debates**. Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo. n. 46, v. 25, jan/jul 2005. p. 33 - 44.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Maria das Mercêdes Brandão de. O lugar da praça: uso e apropriação de praças goianienses. In: ASSIS PAULA, Flávia Maria e CAVALCANTI, Lana de Souza (Orgs.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: E. V., 2007. p. 175 - 201.

PADOVANI, Eliane Guerreiro Rossetti. A cidade: o espaço, o tempo e o lazer. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (Org.). **Ambientes**: estudos de Geografia. Programa de Pós-graduação e Geografia/Ageteo, Rio Claro, 2003. p. 171 - 183.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. In: **Boletim Paulista de Geografia**. AGB - Seção/SP, n. 84. São Paulo, julho de 2006. p. 7 - 24.

\_\_\_\_\_. **Espaço público e acessibilidade**: notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP - Espaço e Tempo. n. 15. São Paulo, 2004. p. 21 - 37.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71 - 86.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. et al. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, Maria Célia de Souza (Org.) **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 135 - 156.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. In: **Revista Cidades**. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 3 n. 5, 2006. p. 143 - 157.

SOBARZO, Oscar. **Espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2004. 221f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

VIANA JUNIOR, Hélio. A internalização do urbano: alegrias e tristezas. In: SANTOS, Milton (Org.). **O novo mapa do mundo**: problemas geográficos de um mundo novo. São Paulo: ANPUR, 1995. p. 106 - 109.